



Procuradoria Regional da República 3ª Região

São Paulo - Mato Grosso do Sul Ano XII

Número 03 – 25 a 29 de Janeiro de 2010

Boletim Informativo

Destaques da Semana

O **DECRETO Nº 7.081, DE 26.1.2010**, altera o Decreto nº 6.490, de 19 de junho de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.

O **DECRETO Nº 7.083, DE 27.1.2010**, dispõe sobre o Programa Mais Educação.

A **LEI Nº 12.214, DE 26.1.2010**, estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEI Nº 12.214, DE 26.1.2010 - Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12214.htm

MENSAGEM DE VETO

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Msg/VEP-41-10.htm

DECRETO Nº 7.081, DE 26.1.2010 - Altera o Decreto nº 6.490, de 19 de junho de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7081.htm

DECRETO Nº 7.083, DE 27.1.2010 - Dispõe sobre o Programa Mais Educação.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm

ATOS NORMATIVOS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2010 - Dispõe sobre a observância, pelos órgãos da Administração Pública, das decisões do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD sobre normas e procedimentos compatíveis com o uso religioso da Ayahuasca e dos princípios deontológicos que o informam. (D.O.U., Seção 1, 26/01/2010, p. 57).

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 100, DE 22 DE JANEIRO DE 2010 - Dispõe sobre a apresentação de documentos e exames médicos pré-admissionais, e dá outras providências.(D.O.U., Seção 1, 25/01/2010, p. 1).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA NORMATIVA Nº 1, DE 22 DE JANEIRO DE 2010 - Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, regulamenta a adesão de mantenedoras de instituições de ensino não gratuitas e dá outras providências.(D.O.U., Seção 1, 26/01/2010, p. 65).

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 101, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009 - Define a política institucional do Poder Judiciário na Execução das Penas e Medidas Alternativas à Prisão.(D.O.U., Seção 1, 25/01/2010, p. 107).